



## DEBATE PÚBLICO SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR

### *Documento / contributo da AORN*

#### 1. A AORN como associação civil com vocação de intervenção cívica

1.1. A **Associação dos Oficiais da Reserva Naval (AORN)** é uma associação civil com a sua génese nos oficiais que prestaram serviço militar na Reserva Naval da Marinha de Guerra Portuguesa entre 1958 e 1992, e que, decorrido o respectivo tempo de serviço, desenvolvem as suas actividades profissionais nos diferentes sectores da sociedade civil. Foi constituída em 1995 por iniciativa dos próprios e sem qualquer intervenção do ramo das Forças Armadas a que pertenceram – o que constitui traço distintivo relativamente a organizações congéneres de todo o mundo. Tal traço distintivo inicial, a par com a existência de corpos sociais autónomos e periodicamente legitimados em eleições democráticas e a proibição de discussões ou intervenções de natureza religiosa ou político-partidária, reforça a sua independência face a quaisquer entidades incluindo a Marinha.

A **AORN** inspira-se, para a sua acção, no conjunto de valores que sempre nortearam aqueles Oficiais ao serviço da Marinha de Guerra, integrando-se nas suas melhores tradições e dominando dificuldades, quer em situações de combate quer em áreas científicas e técnicas, com uma atitude baseada na camaradagem, na lealdade, na competência e no espírito de bem servir o País.

1.2. Desde a sua fundação, a **AORN** vem produzindo um profundo trabalho de reflexão sobre as questões de interesse estratégico nacional desenvolvendo a este propósito as acções de intervenção cívica que entende, com colaboração ou em parceria com as mais variadas instituições da Sociedade Civil e do Estado.

No que interessa neste momento, destacamos o I Encontro Nacional da Reserva Naval, realizado em 2003, na Figueira da Foz, onde se concluiu, em sessão plenária:

**1ª – É do interesse nacional colocar a questão Portugal e o mar.**

**2ª – O mar, ou o oceano, é inequivocamente um factor económico. A nossa contribuição é acrescentar que deverá passar a ser também um factor estratégico da economia portuguesa.**

**3ª – Devemos promover, todos nós, como cidadãos e como instituições, a reflexão geopolítica e prospectiva, sobre Portugal, sobre a economia portuguesa e sobre o mar.**

1.3. Em natural sequência, a **AORN** promoveu e desenvolve o CICLO DE ECONOMIA DO MAR (2004 – 2007), em colaboração com várias entidades públicas e privadas, destacando-se a realização de uma dezena de *Jornadas*, em outras tantas cidades marítimas do Continente e Regiões Autónomas, e que tem servido para apresentar o conceito de ***Hypercluster da Economia do Mar***.

Os trabalhos relativos a este *Ciclo de Economia do Mar* encontram-se disponíveis para consulta no website da AORN: [www.reservanaval.pt](http://www.reservanaval.pt).

## **2. O Hypercluster da Economia do Mar**

2.1 Face ao evidente esgotamento do presente modelo estratégico da economia portuguesa, importa encontrar alternativas de potencial estratégico de desenvolvimento.

Numa perspectiva realista e ponderada é possível encontrar 5 domínios de potencial estratégico, isto é: conjuntos articulados de actividades em que há margem para, a partir do que existe, se desencadear um processo de transformação estrutural conducente à criação de riqueza e de emprego (turismo; ambiente; cidades e desenvolvimento; serviços de valor acrescentado; hypercluster de economia do mar).

Destes, o Hypercluster de Economia do Mar é o que apresenta a base de partida mais débil, mas é também aquele que directa e explicitamente está ligado à identidade de Portugal e nele se joga, para além da criação de riqueza, um conjunto de questões essenciais e decisivas para a afirmação de Portugal, no seu presente e no

seu futuro. Nota-se, em cada dia que passa, que o nosso País perde posição em termos de economia do mar no quadro internacional.

É urgente – e imperioso em termos de afirmação nacional – pôr cobro a esta degradação do posicionamento estratégico português, que o mesmo é dizer, da importância estratégica de Portugal.

2.2 Nesta vertente da economia do mar, para haver crescimento sustentado é essencial a sinergia das diversas actividades económicas, directa ou complementarmente ligadas ao mar, organizadas em hypercluster. Trata-se de um processo de grande racionalidade, que o enorme êxito das experiências recentes da Holanda, da França, da Itália, do Reino Unido, da Dinamarca, etc., não pode deixar de recomendar, tanto mais que o crescimento económico ali conseguido foi claramente superior ao incremento das respectivas economias nacionais.

### **3. A proposta de Estratégia Nacional para o Mar**

#### **3.1. A propósito da metodologia ou processo**

3.1.1. O que se tem passado nos anos mais recentes com os processos de consciencialização e decisão políticas, nesta matéria de assuntos do mar, não é de molde a dar esperança de chegada a bom porto.

Por exemplo, o que se fez no tempo decorrido desde a criação da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (RCM 128/05 de 10 de Agosto) até agora – mais de um ano – ou o ponto atingido de desenvolvimento do processo de implementação efectiva de uma estratégia nacional para o mar, isto é, o que foi possível progredir até agora nesse essencial processo de defesa dos interesses nacionais, não pode deixar de provocar um sentimento de preocupação perante a lenta progressão verificada e que não é compatível com as necessidades do País.

Não que possa ser imputada àquela EM a responsabilidade por tal. Mas dói a quem se interessa e tem a noção do que está em jogo (designadamente com as consequências para os interesses nacionais dos movimentos do processo de globalização) ver este aparente *descanso* ou *falta de consciência política* da

importância para Portugal dos assuntos do mar e da urgência de ver os mesmos tratados com lucidez e capacidade de decisão e execução.

Importa que, de uma vez por todas e dum modo decidido, o Poder Político perceba e assuma tal importância, actuando em conformidade.

Para que não sejamos apressadamente interpretados, queremos deixar claro que não quer o antecedente dizer que não haja um enorme papel a desempenhar pelas demais elites do País, muito especialmente pelos vários agentes – económicos, universitários, científicos e profissionais – com ligações directas ou indirectas ao mar. Mas pretende sublinhar que no concreto papel que cabe ao Poder Político muito há por fazer que já podia estar feito ou mais adiantado e não está – ou, pelo menos, não se tem notícia de que esteja.

3.1.2. Sem prejuízo do referido no ponto anterior, é de saudar o aparecimento do documento agora posto à discussão pública.

Desde logo, por si próprio. Trata-se de importante contributo para manter presente a temática e o debate sobre os Assuntos do Mar.

Mas também porque elenca alguns males verificáveis e procura soluções para eles. Por exemplo, denota preocupação pela diáspora existente de competências e responsabilidades na Administração Pública, quer internamente quer no plano da actuação internacional do Estado, e sugere coordenação nessas áreas, embora, no nosso entender, não vá tão longe no *remédio* quanto a *moléstia* exige.

## 3.2. Seis Contributos para melhorar a Estratégia

3.2.1. Incluir uma formulação para a estrutura do mecanismo de coordenação para a implementação da Estratégia Nacional para o Mar (ENM).

Parece que, neste momento, já ninguém tem dúvidas sobre a sua necessidade. Há quase três anos a Comissão Estratégica para os Oceanos (CEO) apontou uma hipótese. Mais recentemente, no Fórum Mundial dos Oceanos – que reuniu em Lisboa há mais de um ano – várias dezenas de países analisaram e discutiram soluções possíveis. Porquê esperar mais? Adiar não resolve.

### 3.2.2. Definir uma calendarização

As principais linhas de acção da ENM deviam ser ligadas a um mínimo de calendarização, até porque este é o momento adequado, já que serão objecto de uma Resolução do Conselho de Ministros. Uma estratégia pressupõe caminhos para atingir objectivos e se não houver alguma ancoragem ao factor tempo essa estratégia fica *destrambelhada*, isto é, sem trambelho, para usar uma expressão naval.

### 3.2.3. Proceder à avaliação estratégica do papel do hypercluster no desenvolvimento da economia portuguesa

A prioridade que deve ser atribuída ao desenvolvimento económico das actividades ligadas ao mar justificava que o documento tivesse avançado com o resultado de estudos de economia marítima, para além dos incipientes que a CEO obteve, em vez de apenas lamentar a sua inexistência ou o “empirismo” do que se sabe.

Dum modo especial, importava e importa ainda e sobremaneira proceder à avaliação estratégica do papel do hypercluster marítimo na política de desenvolvimento da economia portuguesa. Trata-se de uma questão de visão estratégica do conjunto da economia e de política económica, que só trará benefícios. Tal avaliação deverá ainda estabelecer um plano de acção e os meios ou instrumentos para a sua execução.

### 3.2.4. Criar incentivos à Economia do Mar

De qualquer modo, e desde já, devem ser claramente indicadas as medidas de incentivo à economia do mar e ao seu hypercluster.

### 3.2.5. Sublinhar o papel do Mar como criador de riqueza

O Mar, pela sua economia de hypercluster, deve ser visto para criar riqueza e não para servir de pretexto para apenas lamentar despesas. Esta é a orientação de fundo para qualquer estratégia consistente para o Mar.

### 3.2.6. Completar a legislação clarificadora do exercício da Autoridade do Estado

É imprescindível dar um sinal claro de que a autoridade do Estado no mar só

pode ser exercida dum modo contínuo, sem costuras, desde o alto mar até terra, aliás como o Sistema de Autoridade Marítima, definido no DL 43/2002, de 2 de Março, reconhece. Impõe-se completar tal legislação. Continuar a baralhar o processo, confundindo, por um lado, preocupações de gestão empresarial e entidades vocacionadas para essa gestão, com exigências de segurança e entidades já preparadas para responder a essa exigência, ou, por outro lado, introduzindo nesse processo forças de vocação e cultura terrestre e ignorância marítima, só poderá provocar o descalabro orgânico e funcional e contribuir para o desperdício de recursos do Estado. Se é difícil sustentar uma marinha, haverá possibilidade de sustentar duas?... Ou mais, se a moda pega?...

*Lisboa, 3 de Novembro de 2006*

*GIENO (Gabinete para a Implementação de uma Estratégia Nacional para os Oceanos)*

*AORN (Associação dos Oficiais da Reserva Naval)*

*O Presidente da Direcção*



*António de Castro Moreira (Dr.)*